

AS AUTARQUIAS NA GUINÉ-BISSAU

- A VISÃO DOS CIDADÃOS -



Voz di Paz
Rua José Carlos Swarz
Edifício Sitec
CP. 588 Bissau
Guiné-Bissau





AS AUTARQUIAS NA GUINÉ-BISSAU

- A VISÃO DOS CIDADÃOS -

Autor: Voz di Paz - Iniciativa para a Consolidação da Paz

Título: *As Autarquias na Guiné-Bissau: A visão dos cidadãos.*

Ano: 2014

Edição: Voz di Paz, com o apoio financeiro da EU-PAANE

1000 Exemplares

© Voz di Paz, 2014

ÍNDICE

Introdução	P.7
A necessidade de preparar o processo de descentralização	-P.9
A viabilidade institucional das Autarquias	-----P.12
Poder desconcentrado <i>versus</i> Poder descentralizado	-----P.15
Autarquia e Cidadania Local	-----P.17
Gestão Financeira das Autarquias	-----P.18
Perfil do Autarca	-----P.20
Os riscos da instrumentalização do poder local	-----P.21
Municipalização <i>versus</i> Regionalização	-----P.24
Conclusão	-----P.28

INTRODUÇÃO



A abertura ao pluralismo político em 1991 trouxe consigo uma perspectiva de desconcentração e descentralização do poder que, desde o primórdio da independência, esteve ordenado segundo um modelo político partidário moldado pela luta de libertação nacional.

A perspectiva de descentralização encontrou contornos claros a partir de 1996 com as leis de autarquias, votadas pela Assembleia Nacional Popular, que optou por um processo de municipalização progressiva.

Os debates suscitados em torno do processo, alvejaram menos a opção de municipalização que o ritmo e a abrangência das reformas.

Assim, foi duramente criticada a escolha então feita de criar apenas 9 municípios. Os deputados opostos ao projecto criticaram-no como uma decisão de privilegiar os cidadãos das grandes aglomerações povoadas de cidadãos de primeira classe, em detrimento das zonas rurais que seriam o *habitat* dos cidadãos de segunda classe.

A NECESSIDADE DE PREPARAR O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO

Contudo, o processo foi interrompido pela guerra do 7 de Junho de 1998. Depois desta interrupção, o debate sobre a descentralização tornou-se teórico, resumindo-se a exortações para uma democratização mais alargada do poder, através da descentralização, e assumindo as características de uma discussão sobre os méritos económicos da descentralização administrativa.

As iniciativas prometidas ou empreendidas por vários governos não fizeram avançar o processo, limitando-se, no melhor dos casos, a anteprojectos discutidos entre especialistas e actores políticos e administrativos. Este debate nunca assumiu um carácter público e nacional; nunca evocou as visões da população sobre a descentralização; tão pouco aprofundou a reflexão sobre os corolários do processo para as populações na base.

Foi para preencher esta lacuna que a Voz di Paz tentou lançar através do projecto *Puder na tabanka pa dzinvolvimentu*, financiado pela EU-PAANE, uma consulta abrangente sobre a descentralização. O processo de auscultação trouxe à ribalta as visões que as populações têm da descentralização. Esta oportunidade dada aos

populares revelou que os cidadãos tinham pouca informação sobre a descentralização em geral. Ela revelou ainda, que a maioria dos cidadãos tinham sobre a descentralização ideias bem diferentes daquelas que foram plasmadas nas leis das autarquias de 1996. Permiteu apontar aspirações que se reforçaram na medida inversa do enfraquecimento do Estado e da sua ausência nas estruturas de base.

Entre as temáticas sublinhadas pelas populações, as seguintes foram as mais salientes:

- A necessidade de bem preparar o processo de descentralização;
- A viabilidade institucional das autarquias;
- A relação entre o poder central e o poder descentralizado;
- A autarquia e a cidadania local;
- A gestão financeira das autarquias;
- O perfil do autarca;
- Os riscos de instrumentalização do poder local;
- Municipalização versus Regionalização.

Estas problemáticas destacadas pela população merecem ser tidas em consideração para futuras formas que pretendam implementar a descentralização no país.



A preparação insuficiente do processo de descentralização foi apresentada como um potencial obstáculo ao sucesso da implementação das autarquias. Do ponto de vista da população, as autarquias dificilmente terão êxito se o próprio destinatário que é o povo não for preparado para ela. Na sessão de escuta realizada no sector de Farim, um cidadão alertou:

«É necessária uma sensibilização profunda da população na matéria das autarquias. O sucesso das autarquias dependerá da

preparação da população que será feita.»

(Zico Carinton, Farim.)

Alguns auscultados consideram que a implementação das autarquias é prematura: primeiro, porque as pessoas têm um fraco conhecimento sobre a matéria; segundo, porque a legislação sobre as autarquias está desactualizada.

No que se refere ao fraco conhecimento na matéria de autarquias há pessoas que disseram nas sessões de escuta que nunca ouviram falar das mesmas. Uns, incluindo acto-

res políticos, ouviram falar das autarquias mas não compreendem o seu funcionamento. Ou seja, estes últimos quando são questionados sobre a sua percepção em relação às autarquias, afirmam que estas serão a solução para o isolamento e para a estagnação das regiões, mas quando confrontados com o quadro proporcionado para o funcionamento das autarquias, obrigações em relação ao pagamento de impostos e taxas, as pessoas ficam receosas.

Ao ilustrar este receio, um participante no painel de Quinhamel disse:

«É importante saber que a descentralização do poder vai tocar com a minha vida pessoal e com a vida de todos. Por isso, é preciso promover a sensibilização da população.»

Desta forma, quando chegar o momento da sua implementação cada um vai saber o que pode fazer e o que não pode fazer.

Porque se eu tenho o meu terreno, a minha casa, animais, etc. e não pagava impostos, mas de repente for obrigado a pagar imposto, esta situação pode provocar resistência da minha parte. Autarquia é desenvolvi-

mento.

O desenvolvimento tem as suas partes positivas e negativas.»
(José Biagué, Quinhamel.)

Afinal, há consenso no referente à necessidade de preparar e informar a população antes de implementar as autarquias no país. A referida preparação, do ponto de vista dos participantes, passa pela formação de intervenientes no processo de descentralização e pela sensibilização da população em geral. No grupo dos intervenientes são incluídos os políticos, os titulares de autoridade de Estado e os representantes das autoridades tradicionais.

No que se refere à sensibilização da população, os auscultados sugerem que sejam utilizados meios de comunicação social (rádios, televisão, etc.) como forma de assegurar o melhor impacto, pois é preciso fazer chegar esta mensagem aos confins do país.

A este propósito, um participante na sessão de escuta realizada no sector de Mansoa afirmou:

«As autarquias têm as suas exigências. Um município terá que pagar diferentes tipos de

impostos. É bom que o povo seja preparado para isso. Que não seja como na abertura política. O povo foi forçado a na para democracia sem nenhuma preparação. Daí nasceram as consequências de tribalismo, amiguismo, clientelismo, nepotismo, etc.»
(Paulo Bodjam, Mansoa.)

Em relação à desactualização das leis das autarquias votadas pela Assembleia Nacional Popular em

1996, os participantes nas sessões de escuta revelaram-se insatisfeitos com o raio de abrangência geográfica dos municípios, que consideraram demasiado pequenos para serem viáveis.

Segundo a população, é preciso aumentar as superfícies dos municípios para reflectir as evoluções populacionais e económicas registadas desde a votação das leis.

A VIABILIDADE INSTITUCIONAL DAS AUTARQUIAS



Os participantes nas reuniões de auscultação levantaram interrogações sobre a estabilidade institucional das autarquias, tendo em conta que no país a instabilidade geral tem prevalecido ao longo dos últimos anos.

término? Será que os militares não vão interferir com os autarcas a serem escolhidos pelo povo, através da votação?»

- Perguntou um interveniente que rematou:

«Como é que se pode realizar as eleições autárquicas num país em que os mandatos obtidos pelas urnas não chegam ao seu

«Com tanta instabilidade, com tanta categorização de cidadãos em classes: cidadão A, cidadão B, Cidadão C, que tipo de autarquia vamos fazer? O que podemos

fazer? Quando os representantes da autoridade são reféns de ladrões, só porque estes têm alguém da família que é militar...»

(Papa Landim, Canchungo.)

Por isso, a construção de um Estado forte e democrático, que tenha o controlo das forças de defesa e da segurança, é considerada indispensável para o país avançar no caminho da descentralização através de autarquias.

Também é julgado imprescindível o fortalecimento do sistema judicial como condição para a viabilidade institucional das autarquias. Uma justiça forte, ajudaria a intimidar aqueles que serão escolhidos através do voto, para estarem à frente das autarquias, de não fazerem a corrupção, roubo, gestão danosa e outros abusos. E ainda, colaboraria na aplicação e controlo eficaz das receitas, e na boa gestão dos recursos materiais, financeiros e naturais pertencentes ao município. Em caso de desvios seria garantida a aplicação das penas merecidas.

«A Justiça e o calabouço devem ser a primeira autarquia.»

(Alama Na Lama, Cátio) - afirmou um homem garandi em Cátio.

A preparação atempada e profunda de todos os actores da descentralização através da sensibilização, formação e informação, foi recomendada pelos painelistas como condições básicas e receita de sucesso para uma autarquia viável. A preparação comportaria medidas concretas, tais como: introdução do pagamento de impostos, taxas, emolumentos, coimas pela população, por forma a criar hábitos de pagamento de impostos na população.

Para ilustrar a situação, um participante disse:

«Desde 1994, a população foi livrada de pagar impostos, por motivos políticos, mas agora há necessidade de voltar a pagar. Mas como fazer, depois de ter perdido o hábito de pagar?».

(Abu Sané, Buba.)

O período da preparação pressupõe também a formação de quadros, técnicos para garantir recursos humanos de qualidade na administração, e consequentemente, encetar uma cultura organizativa dentro do aparelho do Estado, como insistiu um interveniente em Cátio:

«Há necessidade de criar de

uma cultura de Estado, para ter homens de Estado. Esses valores fazem falta à sociedade».

(Walter, Administrador, Cátio.)

A responsabilidade cívica, social, e o engajamento do município na gestão do município é a chave da sustentabilidade, na medida em que o cidadão tem um peso enorme na viabilização da autarquia, sendo ele beneficiário directo e actor da descentralização.

este respeito:

«Estou a imaginar a autarquia!

Como é que o Estado vai fazer a urbanização, se ele não tem

forças para demolir casas? Co-

bramos 100 francos por saco de lixo, como manda a lei sobre os

resíduos de solos urbanos e os

cidadãos não pagam!»

(Arnaldo Sucuma, Bissau.)

- Alertou um conhecedor dos hábitos dos municípios de Bissau.

A implementação de um plano urbanístico, alocação de terras, medidas para acabar com as más práticas (*toca chorros* nas estradas, festas barulhentas que duram até ao amanhecer, amontoamento de lixo nas ruas), deverão contar com uma grande dose de responsabilidade cívica dos futuros municípios.

Estas foram as constatações dos participantes nos debates, que ainda manifestaram preocupações a

Dado a todos estes problemas ligados à gestão urbana, uma participante finalizou da seguinte maneira:

«Se compararmos com a demo-

cracia, as autarquias podem ser

um desastre maior se não forem

bem preparadas.»

(Cesaltina Nhagá, Brá)

PODER DESCONECENTRADO VERSUS PODER DESCENTRALIZADO



O relacionamento entre os diferentes poderes, desconcentrado, descentralizado e tradicional, no quadro das autárquicas, constitui uma importante preocupação da população.

Em quase todas as auscultações, esta preocupação foi longamente sublinhada e debatida, uma vez que na primeira fase o processo de descentralização não abrangirá todas as localidades. A grande

inquietação dos auscultados é a forma como as localidades não abrangidas passarão a funcionar. A este respeito, as funções de administrador de sector e de governador de região foram objecto de muita atenção. Nomeadamente o seu papel enquanto representantes do poder central, tendo em conta que têm sido até agora pouco satisfatórios no desabrochamento das potencialidades locais. As populações recebiam que eles constituam,

no futuro, freios para o sucesso das autarquias.

Esta ideia foi matizada, por um outro participante:

Muito se debateu também acerca da relação entre as autarquias e o poder tradicional, ou seja, até que medida o poder tradicional poderá participar nas decisões de uma câmara municipal.

Um participante sugeriu em Canchungo:

«Da mesma forma que o poder tradicional vai ter uma representação na Assembleia Nacional Popular, que o poder tradicional (o régulo) tenha também um lugar nas câmaras municipais»
(Aladje Suleimane Djaló, Canchungo)

Este posicionamento foi sustentado por outros pontos de vista:

«O régulo é conhecedor da realidade local. Como qualquer cidadão ele deve respeitar as leis e pô-las em prática. Ele pode também manifestar a sua intenção de candidatar-se à presidência da câmara... ele pode ser convidado como conselheiro para ajudar na resolução de vários problemas ligados à tradição».
(Quintino Manga, Canchungo)

«Que o poder tradicional continue a ser respeitado, mas sem influenciar a administração das autarquias.»
(Simão Ogaior, Canchungo)

Em suma, o papel do poder tradicional é desejável na resolução de problemas que fazem apelo ao seu conhecimento das realidades locais, nomeadamente as questões fundiárias. Mas a sua intromissão na gestão das autarquias é julgada prejudicável ao próprio poder tradicional pois este poderá perder o respeito que lhe confere a sua posição fora dos jogos partidários.

No entanto, o questionamento sobre as relações entre o Administrador, representante do poder central, o Presidente da câmara municipal, representante do futuro poder autárquico, e o Régulo, representante do poder tradicional, não gerou respostas consensuais e mostrou as dúvidas que a população tem ainda sobre a cidadania no sentido lato e a cidadania local que será exercida nas autarquias.

AUTARQUIA E CIDADANIA LOCAL

A problemática da cidadania levantada pelos auscultados foi também um reflexo da fraca preparação das pessoas para entender e aceitar o cumprimento de certas obrigações, nomeadamente as fiscais. Segundo a maioria dos participantes, os guineenses estão desacostumados com o pagamento de impostos e não têm confiança na gestão das instituições estatais, devido à larga presença da corrupção.

«Todos nós devemos pagar impostos, mas em primeiro lugar, é preciso que a justiça funcione para punir os corruptos».
(Augusto Lima, Catió.)

Contudo, em todas as localidades, foi assinalada a necessidade da contribuição dos indivíduos para o bom funcionamento das autarquias. Para a aceitação deste dever, apontou-se a sensibilização para a promoção de um novo sentido de responsabilidade cidadã:

«O pagamento do imposto dá legitimidade para a população exigir a prestação de serviços aos eletos locais».
(Abna Embana, Mansoa)

- disse um professor em Mansoa.

Para além da legitimidade que confere o cumprimento do dever, outros participantes insistem na contribuição que cada cidadão deve dar para o desenvolvimento do país.

«Todo o cidadão deve colocar na mente que deve pagar imposto. Não é bom que uma pessoa não contribua para o desenvolvimento do seu país. Um cidadão que não dá o seu contributo para o país sente-se fraco. É um fracasso para o país.»
(Cabi Albino, Buba)

Por fim, os auscultados assinalaram uma maior responsabilidade dos cidadãos nas autarquias porque estes terão mais capacidade de controlo e intervenção directa na gestão dos assuntos públicos. Esta capacidade de participação dar-lhes-ia uma maior responsabilidade e um maior sentimento de pertença a um corpo social activo e influente.

«A descentralização é entregar à comunidade o que lhe pertence».

A autarquia é como dizer: esta mata te pertence, se não cuidares dela sofrerás as consequências.»
(Tehuda Nfuta, Mansoa.)

Nesta perspectiva, a cidadania local nas autarquias seria mais activa e poderia também mudar as mentalidades face à problemática da cidadania em geral.

GESTÃO FINANCEIRA DAS AUTARQUIAS



O financiamento das autarquias e a sua gestão foram debatidos durante as auscultações em todas as regiões.

exploração de recursos naturais da região (areias, pedreiras, florestas, mar, bauxite etc.), constituem a fonte primordial para o financiamento do município.

No entendimento dos auscultados, os rendimentos provenientes da Foi a pensar nestes recursos que

o raio que consta da Lei-base das autarquias locais n.º 5/96, foi contestado em todas as regiões.

Por conseguinte, os cidadãos recomendam o alargamento das áreas dos futuros municípios, para garantir-lhes o acesso a fontes de receitas baseadas em recursos naturais diversificados e assegurar a sua sustentabilidade económica. Assim, na opinião da maioria, deve-se fazer corresponder o município com os limites do sector.

Para além destas receitas provenientes das potencialidades naturais, e outras fontes previstas pela lei como os impostos e as taxas, os auscultados alistam as parcerias internacionais e geminações com autarquias estrangeiras, como meios de conseguir uma base financeira alargada.

Outras fontes de financiamento das autarquias citadas pelos painelistas, são também os investimentos privados, nacionais e estrangeiros, assim como os fundos de associações locais.

A este respeito, na região de Cacheu, foi dado o exemplo da intervenção activa dos fundos associativos:

«Na zona de Tame, nós investimos 35.000.000, cfa só para reabilitar a estrada, sem apoio do Estado. Investimos 51.000

euros para construir a escola na localidade. Em 9 meses gastamos 6.750.000 cfa para pagar professores que contratámos. Só temos um professor efectivo e que é pago pelo Estado. Tudo o que fazemos resulta do esforço da comunidade.»

(Vicente Caxia Patam,
Canchungo)

Os painelistas também debruçaram-se sobre vários factores que põem em causa a gestão transparente, nomeadamente a fraqueza da autoridade do Estado e a justiça mal administrada, que incentivam a corrupção e a gestão danosa do erário público.

Na lógica de muitos intervenientes, deve-se endireitar a justiça e fortalecer a autoridade do Estado, de maneira a não transferir as debilidades existentes na actual administração do Estado, para as futuras autarquias. Por isso, a obrigatoriedade de prestação de contas mereceu destaque nos debates e sustentou também discussões sobre o perfil do autarca.

PERFIL DO AUTARCA



O perfil do autarca foi apresentado pela população como um conjunto

de elementos que devem fazer parte da personalidade do actor principal na municipalidade. Assim, os candidatos aos órgãos dos municípios devem reunir certos requisitos, nomeadamente a formação, competência, idoneidade, fixação da residência dentro do município.

Segundo a população, os actores locais precisam compreender muito bem as matérias ligadas às autarquias. Por isso, devem ter pelo menos a 11ª classe. Devem ser pessoas de visão. Um participante no encontro tido em São Domingos

aconselhou:

«Um candidato às autarquias deve ser uma pessoa formada, respeitada, residente no local, honesta e paciente.»
(Quecutu Djaura, São Domingos)

Os participantes nos painéis não se limitaram às exigências da formação, mas insistiram igualmente no aspecto da competência. No seu ponto de vista, os autarcas devem ter conhecimentos que o permitam impulsionar o desenvolvimento dos municípios. Para tal, os candidatos a cargos de autarcas devem fazer a prova do seu “saber fazer”.

A idoneidade foi igualmente um dos temas que mereceram a atenção dos participantes nos painéis. No seu ponto de vista, um autarca deve ser uma pessoa idónea que tenha maturidade humana e postura exemplar para liderar os seus conterrâneos. Assim, os participantes nas auscultações manifestaram também preocupações éticas. Segundo eles, um autarca deve ser honesto, dialogante, deve ter sentido do bem comum, uma boa conduta e um alto nível de civismo.

A fixação da residência mereceu a

atenção da população em todas as regiões. Os participantes nas auscultações realçaram a necessidade de fixação de residência de autarcas nos futuros municípios. Este desiderato unânime é uma reacção contra a situação caricata criada actualmente por deputados que residem em Bissau, não frequentam o seu eleitorado e visitam a base só nos períodos eleitorais.

No ponto de vista da população, se esta prática absentetista for reproduzida nas futuras autarquias, esta causaria o seu fracasso.

OS RISCOS DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PODER LOCAL

A questão do divisionismo é uma das preocupações levantadas durante as sessões de auscultação sobre a descentralização realizadas pela Voz di Paz.

Os auscultados mencionaram que há um risco de divisionismo a ser perpetrado pelos políticos, se não

houver uma devida preparação de base. Os políticos poderão utilizar o elevado índice de analfabetismo na população para instigar a divisão dentro de comunidades, que

até agora vivem em comunhão.

«Os políticos vão fazer de tudo para dividir as pessoas no seu sector ou região. Eles não se preocupam com o desenvolvimento, mas sim com os seus interesses»
(Mamadou Seidi, Mansoa)

Um dos aspectos mais prováveis do divisionismo é a utilização da vantagem numérica da etnia maioritária numa localidade para se tornar “dono do chão”. Em

Canchungo um auscultado ilustrou o risco:

«Só porque conheço Marciano, o ajudado, ou porque ele é man-jaco dou-lhe apoio, mesmo que ele não tenha a capacidade de lá estar.»

Marciano Na Tachande,
Canchungo)

A população mostrou muito receio quanto à possibilidade de fomento do tribalismo que as autarquias podem trazer. O real desejo dos auscultados é que a descentralização não venha dividir os guineenses. Querem que a conquista do poder na autarquia não seja baseada nos laços étnicos ou identitários como o mostra actualmente o processo do pluralismo político a nível nacional.

Entretanto, os auscultados apresentam opiniões divergentes sobre a legitimidade de eleger uma pessoa porque é natural ou apenas residente local. Alguns realçam a importância de se ser natural das localidades (fidju de tchom) enquanto outros validam a residência local.

Os que insistem na necessidade de escolher uma pessoa porque é resi-

dente argumentam:

«No local conhecemo-nos e sabemos quem é capaz de fazer isto ou aquilo; o residente também conhece melhor as dificuldades locais e está lá para as sentir na sua pele.»

(Seriño Mané, Mansoa)

Um outro ilustra com a sua própria vivência:

«É importante que haja mudanças de mentalidade. Eu já vivi durante 33 anos em Quinará onde tenho filhos e netos. Porque é que não posso ser eleito aqui?»
(Fornosinho da Costa, Buba.)

Os que sustentam a opinião de ser natural do município, dizem que uma pessoa pode fixar residência noutra localidade mas continuar a ter a sua pertença familiar ou bens materiais no local. Então, o facto de viver noutras localidades não deve impedir os naturais do município de se candidatarem na perspectiva de servir a sua "terra". Para estes, o importante é ter visão, capacidade administrativa e de influência para projectar o desenvolvimento local.

No entanto, as exigências são ainda mais complexas:

«O presidente da Câmara de Canchungo deve ser um filho de Canchungo que reside em Canchungo. Não precisa somente de ser filho de Canchungo mas com a residência em Bissau. Tu sentado em Bissau que informações terás sobre os acontecimentos em Canchungo? ... Quem não é de Canchungo e pretende candidatar-se aqui não vai contar com o nosso apoio.»

(Jacquelina Pereira Barreto,
Canchungo)

A contestação destas exigências foi imediata:

«E nós que pertencemos à região de Cacheu; que trabalhamos para esta região; cujo imposto pago em Calequisse é transferido para Canchungo, será que um dia não nos podemos candidatar para a Câmara de Canchungo se temos a devida competência? Ou será que vamos esperar até quando o sector de Calequisse reina todas as condições exigidas para ser uma câmara?»
(Flaviano Manduara Correia,
Canchungo)

Uma outra vertente da receada instrumentalização é a excessiva influência dos partidos políticos na escolha dos autarcas. Esta influência poderia colocar em primeiro plano os critérios partidários, subalternizando assim as qualidades pessoais exigidas para ser um bom autarca. Contra esta forma de instrumentalização partidária um participante alertou:

«Mesmo que o teu partido te traga um candidato, mas tu bem sabes que este não reúne as condições desejadas para ser presidente da câmara, não vote neste candidato.»

(Aladije Suleimane Dialó,
Canchungo)

Contudo, para outro, a militância política não deve ser um obstáculo, mas deve sim, ser bem gerida:

«Um autarca pode ter partido, mas não deve ter responsabilidade e nem deve ocupar qualquer função no partido ou no governo. Deve ser quem dedica a sua actividade e o seu tempo à vida do município.»
(Quintino Manga, Canchungo)

MUNICIPALIZAÇÃO VERSUS REGIONALIZAÇÃO



Segundo a Constituição da República da Guiné-Bissau, a organização política do Estado compreende a existência de autarquias locais que gozam de autonomia administrativa e financeira. As autarquias locais, diz a lei que são os Municípios, as Secções Autárquicas e as Juntas Locais.

Assim, nos Sectores funcionarão os municípios, nas Secções administrativas funcionarão as Secções autárquicas e nas Juntas Locais funcionarão as Juntas de Mora-

dores.

O Decreto-Lei nº 4/96 de 9 de Dezembro sobre a criação e estabelecimento dos limites dos municípios, consagrou a existência de nove (9) municípios (Batátá, Bissau, Bolama, Buba, Canchungo, Catió, Farim, Gabú e Quinhamel), deixando claro que o raio destes municípios não passa de 5 km, excepto Bissau cuja área geográfica foi fixada em aproximadamente 118 Km².

Para os auscultados, tendo em

conta que as eleições autárquicas implicam uma autonomia administrativa e financeira, com o raio demasiado pequeno estipulado na lei, praticamente nenhum município conseguirá arrecadar receitas para satisfazer as necessidades locais, porque as zonas abrangidas pela delimitação não possuem recursos que possam contribuir para a sua sustentabilidade. Em reacção, eles consideram que a municipalização deve abranger todas as regiões sem deixar nenhuma localidade de fora:

«Para mim, a descentralização deve ser feita sem limitação

nenhuma»

(Marcelino Sambu,
São-Domingos)

- Disse um auscultado em São-Domingos.

Por sua vez um chefe tradicional auscultado na região de Gabu re-mata:

«Autarquia significa trabalhar por si próprio»

(Réguilo Alfa, Gabu)

Se assim for, conclui, o raio deve ser alargado para abranger zonas que contenham probabilidade de produzir receitas para o município.

Na opinião da população, devem ser as autoridades locais a controlar todas as riquezas florestais e marinhas que existem na zona. Assim responderão às necessidades da zona com maior prontidão, sem esperar pelo reenvio de fundos da parte do governo central, coisa que raras vezes acontece. No entanto, opinam neste sentido desconhecendo que as autarquias terão sim a sua autonomia administrativa e financeira, mas nunca se desvincularão da estrutura unitária do Estado, conforme demonstra a própria lei das autarquias.

Os auscultados demonstraram uma consciência clara de que a realização das eleições autárquicas não é sinónimo de tudo trazer sem nenhuma colaboração dos cidadãos. Toda a população deve ser implicada, contribuindo como, por exemplo, com impostos, em prol do desenvolvimento do município. Ao mesmo tempo, consideram que as autarquias vão servir para aproximar o poder e as populações que sentirão, em consequência, uma presença maior das autoridades. Esta forma de vivenciar a democracia iria introduzir o cidadão nas tomadas de decisão:

«Autarquia significa também

introduzir o cidadão na administração, implicá-lo na tomada de decisão.»

(Augusto António, Bandim, Bissau)

Para tornar esta implicação efectiva, os auscultados acreditam que as estruturas autárquicas devem contemplar um Conselho de tabanca que integraria a representação de todas as sensibilidades: rapazes, régulos, mulheres, etc.

«A autarquia deve ter um conselho de tabanca que representará e defenderá os interesses de todos, mulheres, homens, rapazes, régulos. Assim quando surgir um projecto, este conselho saberá definir as prioridades»
(Quecutu Djauro, São-Domingos)

Alguns advogam a atribuição de um papel especial ao poder tradicional que se encontra muito enraizado e próximo da população. Por isso, deve-se pensar num figurino que tome em conta a estrutura tradicional já existente, os régulos.

«Estes (régulos) devem servir de elo de ligação entre a população e as autarquias»
(Bobo Sisse, Gabú)

As tentativas de definir e caracterizar as autarquias locais demonstraram claramente que a população confunde a regionalização com as autarquias locais.

Quando questionados sobre o que entendem por autarquias locais, os auscultados respondem definindo uma autarquia como uma cidade autónoma ou independente do Estado central.

A regionalização é um estado avançado da descentralização de poderes que muitos países praticam hoje. É o modelo que confere amplos poderes aos seus governos regionais para definir políticas próprias para cada região. Esta permissão não abrange a política externa, a defesa nacional e a segurança interna.

Neste modelo também se elegem os respectivos governos e assembleias regionais do mesmo modo que são eleitos o governo central e o parlamento respectivo.

A maioria dos auscultados julga que com as eleições autárquicas, as regiões irão se libertar e reger-se longe da interferência do poder central. Portanto, sem conhecerem o conteúdo e funcionamento das

autarquias locais, trazem uma ideia totalmente diferente do que é uma autarquia local definida pela lei da Guiné-Bissau.

A população critica muito o funcionamento actual da administração. Segundo ela, os administradores de sectores recolhem todas as receitas que o sector, ou a região possui e enviam-nas para a capital, com a ideia de que parte daquelas receitas reverterá para o sector ou a região, o que nunca acontece. Por isso, acham que com a realização das autarquias, cada região conservará a sua receita e aplicá-la-á em proveito da própria região ou sector.

«Com a realização das autarquias, haverá investimento e aplicação local das receitas. Sequer 50% serão enviados ao centro (Bissau)»

(Paulo Bodjam, Mansoa)

Um outro auscultado rematou:

«Qual foi o benefício que tivemos das areias de Cacheu e da praia de Varela? Tudo foi para Bissau... Com as autarquias cada um vai explorar os seus recursos e utilizá-los para o proveito da sua região»
(Cesar Cumuca, São-Domingos)

Assim, a descentralização é objecto de uma percepção errada que pode gerar desilusões ou conflitos.

Quando a população fala de descentralização, ela pensa na regionalização em estado avançado, enquanto que a lei vigente sobre as autarquias consagra uma municipalização muito tímida.

CONCLUSÃO



A recolha de opiniões da população mostrou claramente que o debate evoluiu da simples problemática da municipalização encarada pela lei 5/96 de Setembro, para uma problemática mais alargada de regionalização.

É o resultado de um fenómeno de transformação das mentalidades face ao Estado. É a consequência do novo posicionamento do cidadão face à governação cujo processo errático nos anos de insta-

bilidade levou a uma desconfiança acentuada face ao poder central, e a uma aposta maior nas capacidades do cidadão localmente responsávelizado face aos problemas que se lhe apresentam.

Esta transformação ocorrida desde o fim da Guerra do 7 de Junho e ao longo dos anos 2000, exige uma releitura da noção da descentralização na Guiné-Bissau.

O exercício mostra também um grande défice de conhecimento

sobre a descentralização em geral, mas também como reforma codificada por várias leis na Guiné-Bissau.

É evidente que as leis foram ultrapassadas pela evolução ocorrida no país. Por isso, esta legislação precisa ser revista e adequada às novas realidades, e aspirações das populações, antes de qualquer implementação da descentralização.

O ambiente que presidiu aos debates proporcionados pela Voz di Paz e que ficou patente à maioria dos ouvintes que tiveram acesso a difusões feitas pelas ondas da Rádio Sol Mansi, Rádio Jovem e 33 rádios comunitárias espalhadas por todo o país, mostrou a necessidade de dar a palavra à população antes de lançar uma reforma do género, que toca ao seu dia-a-dia e seus an-

seios mais profundos.

Que a descentralização seja indispensável e desejada por todos, que as leis actuais ultrapassadas mereçam uma profunda revisão já são evidências para a população.

Qual será o conteúdo da descentralização? Quem serão os seus verdadeiros actores? Quais serão as margens de manobra da população? Quais serão as bases de uma descentralização portadora de uma real participação da população? Como fazer da descentralização uma alavanca para o desenvolvimento e a paz? Tais são as grandes questões que o processo de preparação da descentralização deverá antecipar para ter êxito.